

DESDE QUE RESPEITAM A INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA, MOÇAMBIQUE ESTÁ ABERTO A INICIATIVAS DE PAZ – AFIRMA JOAQUIM CHISSANO EM BRUXELAS

O Presidente Joaquim Chissano disse que Moçambique está aberto a todas as iniciativas de paz para o nosso País em particular para a região austral de África desde que elas respeitem a independência e soberania dos países da região. Chissano, que falava numa conferência de Imprensa na sede das Comunidades Europeias, em Bruxelas, na semana passada, durante a sua visita à Europa, sustentou ainda que tais iniciativas podem vir de um país ou um grupo de países. Estamos prontos para coordenar os esforços na pesquisa de paz desde que ela seja feita em condições sérias, afirmou. Chissano respondia a uma pergunta sobre a proposta sul-africana de 11 de Fevereiro último, feita por Roelof Botha, sobre a realização de negociações envolvendo a África do Sul, Moçambique, os EUA e a URSS, por forma a encontrarem uma solução para pôr fim à guerra em Moçambique.

Faço de Moçambique, Chissano disse que a situação é caracterizada por um melhoramento progressivo em todos os domínios, particularmente no militar e no económico, sustentando que no domínio político nota-se uma evolução do processo democrático em todo o povo participando nas discussões sobre o destino do país.

Referiu-se ainda ao facto de, neste momento, estar em curso grandes debates, sendo o primeiro o que se refere à possível emenda da Constituição para tornar as estruturas do poder mais eficazes na sua actuação, por forma a que a sociedade moçambicana se desenvolva de uma maneira harmoniosa em todos os aspectos para garantir a unidade nacional e soberania de Moçambique, mantendo a dignidade do homem e o respeito pelos direitos humanos.

Chissano disse ainda que todos esses aspectos estão a ser discutidos pelo Povo moçambicano na preparação do V. Congresso do Partido Frelimo a realizar-se em Julho próximo.

Falando da África Austral, o Chefe do Estado moçambicano afirmou que existem desenvolvimentos que abrem novas perspectivas que poderão atingir conclusões positivas se houver um apoio constante da comunidade internacional.

— O apoio não deve ser só económico. Deve ser também político. Nós aguardamos com ansiedade a independência da Namíbia em Novembro próximo, e queremos que todos os esforços sejam feitos para que a independência da Namíbia seja alcançada em bons termos para tentarmos evitar a repetição da desestabilização como foi, no passado, o caso em Angola, em Moçambique e no Zimbábue. Gostaríamos que ascendessemos à independência numa atmosfera de melhor compreensão, harmonia entre as raças, entre os indivíduos e entre os vários interesses que existem no mundo.

— Mais adiante Chissano disse que a situação das relações internacionais é propícia para que haja uma independência mais estável, para que o Povo namibio possa recomeçar o seu desenvolvimento em paz. O ponto que resta para que se desenvolva na África Austral a paz e estabilidade necessárias, é o «apartheid», para o combate ao qual todo o mundo é chamado a redobrar os esforços.

No que respeita à sua opinião sobre os encontros de Roelof Botha e M. Thatcher para discutir formas de iniciativas de paz para Moçambique envolvendo os EUA e a URSS e, ainda sobre a proposta do Ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, R. P. Botha, Chissano disse:

— Quanto à participação da URSS, em particular, devo dizer que houve uma sugestão que me foi feita pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, senhor Roelof Botha. Na altura tratava-se de uma participação conjunta da URSS e dos EUA, na pesquisa de uma solução para Moçambique, mas parece-me que as condições não estavam ainda criadas para que se fizesse uma reunião assim formal. Cheguei a esta conclusão depois de contactos feitos com os países mencionados.

— Como eu disse, há a questão de Angola, da Namíbia, a questão do «apartheid», que é a questão central e que ainda está crua, e há o conflito em Moçambique.

— Quanto às iniciativas de Londres, aguardo ainda uma informação do que se trata para poder fazer um julgamento, mas, como eu disse, em relação ao nosso País recebe com agrado qualquer iniciativa de um país, ou de um grupo de países, que se destine a trazer a paz e estabilidade dentro do respeito da soberania e independência.

Indagado sobre o que achava da posição de alguns países da CEE, segundo a qual a aplicação de sanções contra a África do Sul iria prejudicar os trabalhadores moçambicanos na quele país, o Presidente Chissano disse:

este corte drástico de participação da mão-de-obra moçambicana nas minas sul-africanas, porque eram 150 mil trabalhadores que iam à África do Sul por ano.

— Vê-se logo que isso é um pretexto. E, se se procurasse ver como apoiar Moçambique a organizar empregos para os 80 mil que já não têm possibilidades de ir à África do Sul, seria muito positivo.

— Moçambique não pode ser obstáculo a qualquer esforço da comunidade internacional para pressionar o Governo sul-africano a mudar do sistema do «apartheid». Não temos o direito de negar ao Povo sul-africano esse instrumento de luta, que é um instrumento pacífico, que no invés da luta violenta é a última alternativa que este povo tem.

— Nós vamos sofrer, podemos sofrer com a eliminação de mais 70 mil postos de trabalho para os moçambicanos na África do Sul e outras formas, mas o que importa é se essas medidas tomadas realmente contribuem para a erradicação do «apartheid»; então, o sofrimento terminará tanto para nós como para o Povo sul-africano.

Uma outra pergunta sobre se acha oportuno que neste momento a CEE adopte sanções de carácter económico contra a África do Sul, o Presidente Chissano afirmou:

— Não compete a nós fazermos chamamento à comunidade internacional para tomar uma medida que nós próprios não podemos tomar. Nós devemos estar ao critério dos países que quiseram tomar uma certa medida, sacrificando também as suas economias em prol da luta contra o «apartheid».

— Não compreendemos que qualquer país que anlique sanções a outro, tem alguma crise a perder. Portanto, se o mundo diz que quer sofrer um bocinho a favor do Povo sul-africano, nós não temos o direito de dizer que não só não vamos sofrer, porque, afinal, os outros países ou outros povos, sofrerão alguma coisa pela participação nessa luta.